

Luanda questionada pelo arquitecto Troufa Real

Repensar a malha urbana

Defende que a cidade deve ter razões humanas de existência ou então é artificial. Troufa Real nasceu em Luanda e, como arquitecto, integra neste momento a equipa que está a pensar Luanda a nível urbanístico.

Entre os projectos pensados para a cidade de Luanda, o arquitecto e professor universitário Troufa Real - na senda do conceito para a criação das "novas cidades" - desenvolveu a partir do conceito de "kit" um modelo de condomínios para Angola.

O "kit" de construção encontra-se neste momento finalizado e o projecto envolve um trabalho conjunto no qual o arquitecto está a trabalhar com uma companhia americana administrada pela empresa Euro-mar. Defende que Luanda deve crescer em altura e que a cidade deve ter razões humanas de existência. Ou, então será artificial.

Uma cidade que há 25 anos não atingia meio milhão de pessoas, Luanda tinha cerca de 400 mil habitantes. Passado este tempo, a capital apresenta um crescimento que atinge hoje os cinco milhões de habitantes, ou seja, 50 por cento da população nacional.

Troufa Real integra neste momento a equipa que está a pensar Luanda a nível urbanístico e arquitectónico, junto com Francisco José, André Mingas e outros arquitectos da Faculdade de Arquitectura. Sobre este aspecto acrescenta ainda que se criou uma consciência a este nível de Luanda e a nível nacional, no sentido de criar novas cidades.

Luanda é uma cidade histórica, fundada como um ponto de encontro de entrada e

de saída há 450 anos, nos finais do século XV e no início do século XVI. Dotada de património arquitectónico na sua zona histórica, a cidade devia ser classificada como Património Mundial - defende Troufa Real.

O país tem muito poucas cidades e não tem sítios para os seres humanos viverem do desenvolvimento. Mas, por outro lado



- argumenta -, o país é imenso, com mil quilómetros para um e outro lado, e é uma reserva de desenvolvimento para o mundo onde não se pode dar ao luxo de ter meia dúzia de cidades desorganizadas ou sem infra-estruturas. Neste momento, diz, Angola "precisa urgentemente de repensar a sua malha urbana para dar de comer, de beber e estímulo ao desenvolvimento". Razão pela qual, desta vez, e a um nível nacional, a sua administração deve "implicar uma nova visão" para as regiões que, apesar de estarem ainda configuradas neste momento sob a fórmula colonial das

províncias, poderiam ter uma autêntica autonomia regionalizada.

As cidades têm inabitabilidades

Neste momento, Luanda não apresenta condições de habitabilidade e o exemplo que Troufa Real dá deste problema é o de "um autocarro com uma lotação para 45 passageiros", que se foi enchendo de pessoas que já não cabem lá dentro: "Já andam nos tejadilhos". E o autocarro acaba por não funcionar.

Uma cidade tem limites, sublinha, ou então tratar-se-á de um aglomerado. Daí que recorda o sentido daquilo que é ser cidadão e habitante de um burgo. Na cidade, refere, tem de existir "educação para viver cidade", pois para chegar a um ordenamento urbano deve haver uma educação urbana, equilíbrios.

Tem que haver ruas e passeios, água canalizada, electricidade, têm também que se pagar impostos, é preciso saber ler e escrever ou mesmo tirar a carta de condução. E este ordenamento desequilibra-se quando os refugiados são pessoas do campo que entraram violentamente na cidade e ficaram com uma "máquina de habitar e de conviver para a qual não estão preparados", acrescenta.

É que as cidades têm sempre inabitabilidades e a cidade Luanda não está preparada para receber tantas pessoas, e daí o desequilíbrio. No entanto, nota existir na cidade "um esforço social muito grande de fazer viver com solidariedade estes desequilíbrios".

Se há cidade no mundo a precisar de repensar a rede de repovoamento, diz, para a sobrevivência e para o desenvolvimento, Luanda faz parte da primeira linha dessa preocupação. Ao nível das Nações Unidas, da cooperação portuguesa e da Comunidade Lusófona, o caso angolano assume a maior importância,

observa, porque Angola não é apenas uma potencialidade para os angolanos mas sim para o mundo inteiro, constituindo hoje "uma reserva extraordinária para os PALOP e para a CPLP".

Além disso, o professor vê Angola como um país que pode dar aos outros, porque "tem terra, tem meios e tem pessoas com identidade num quadro regional e internacional".

Os musseques

Defende os musseques porque são locais de memória, de resistência, de identidade nacional, de convivência e de encontro de etnia. Por isso, defende-os também urbanisticamente e julga ser uma traição tentar destruí-los, não os valorizando naquilo que é mais positivo, dando-lhes as infra-estruturas e equipamentos necessários. Musseques que nada mantêm em comum com a imagem mais negativa do bairro de lata. "Não se pode confundir musseque com bairro de lata, porque "Rangel" e o "Marçal" têm coisas espectaculares e seria um crime à cultura da cidade e à cultura de um país que fossem eliminados".

Destruir os musseques foi uma intenção do período colonial para criar, como alternativa, um modelo europeu, e como forma também de perseguir os libertadores nacionais e os poetas. No entanto, há muitos bairros que são denominados musseques erradamente e esses, sim, apresentam características de autênticos bairros de lata e de miséria que se misturam. São as tais "zonas cinzentas da cidade", explica Troufa Real.

As "novas cidades"

Quando se criarem as "novas cidades", Troufa Real disse-nos que nelas estará também incluída a própria capital, uma vez que é preciso descentralizar e inventar uma outra. Luanda é uma capital de origem colonial e o desenvolvimento das outras cidades implica estudar uma nova rede urbana com novas infra-estruturas. Daí, recorda que: há perto de vinte e tal



anos, se pensou que era importante criar uma nova capital política e administrativa para a independência e para a nova nação:

a Angola.

Sabendo que Luanda não tem condições de habitabilidade para as embaixadas, para as delegações estrangeiras, ou que lhe faltam hotéis ou mesmo um melhor aeroporto, lembra ainda que o clima húmido e quente também não é o mais propício à administração.

Do ponto de vista técnico-logístico, Angola tem plataformas no interior onde o clima oferece uma maior qualidade para fazer sobreviver documentos e maquinaria. Em alternativa, pensa que a zona dos Planaltos de Angola, que se parece com as zonas temperadas do Mediterrâneo, apresenta melhores condições ecológicas inclusivamente para a actividade turística, porque Angola, diz, é toda para o turismo. Só à custa de grandes investimentos energéticos - ar condicionado, desumidificadores - a capital pode contornar o desequilíbrio bioclimático que ali se verifica.

As novas cidades que são novos centros de vida, provavelmente, podem-se recomendar algumas reabilitações de cidades históricas. "As cidades nascem como as estrelas, vão sobreviver aquelas que têm de sobreviver". Mas o problema persiste no presente porque, explica, "as pessoas estão compactadas e condicionadas a espaços que são espaços apenas de circunstância".

O primeiro Plano Director de Luanda

Enquanto director do Gabinete de Urbanização da cidade, fez surgir o Plano Director de Luanda, ao qual os planos directores seguintes estão agarrados. A questão de repensar a nova rede urbana da capital angolana faz parte das medidas a longo prazo do Plano Director inicial e depois de um outro documento que saiu do Gabinete de Habitação de Angola o qual Troufa Real ajudou a elaborar.

Acerca do planeamento e do desenho urbano diz que levam tempo, reconhecendo que muitas vezes "a vida das pessoas não pode esperar que se concretize a construção de um bairro". Neste sentido considera haver por vezes, alguma desatenção, pois quando se está "a pensar futuro estão-se a esquecer do presente".

Na altura, o que interessava era uma acção de solidariedade muito concreta no terreno. O planeamento de desenho urbano constava das acções três e quatro, fazendo infra-estruturas. Por exemplo, disse, "levámos água em contentores mas também pusemos uma conduta de água que distribui água pela maior parte dos musseques".

Mas, também apostámos, que era importante ir buscar água ao Kwanza. Era um projecto colonial da chamada conduta da Quiminha. Era no Bengo que se puxava água e já não tinha capacidade para abastecer Luanda". Sendo uma aposta constitucional a de dar direitos iguais, este gabinete actuante, tinha não só a responsabilidade de intervir a nível de Luanda como a nível regional e nacional. ■